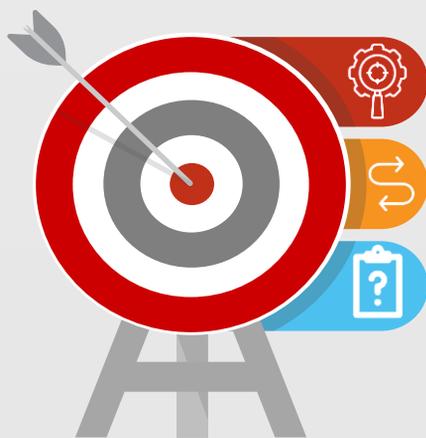


Avaliação Ex-ante (AEA) do Programa Operacional Regional do Alentejo para o período de programação 2021-2027

OBJETIVOS DA AEA



“Melhorar a qualidade do PO, em especial para reforçar a sua relevância e pertinência face às necessidades e oportunidades identificadas no âmbito dos respetivos domínios de intervenção”

“Contribuir para a sua coerência interna e externa, bem como as condições de eficácia e eficiência que se propõe colocar em ação para assegurar a sua boa gestão, controlo e avaliação”

“Avaliar no contexto da AAE (quando aplicável), os efeitos do PO no ambiente, na circularidade da economia e na luta contra as alterações climáticas, defendendo a preservação, proteção e melhoria da qualidade do ambiente, e uma utilização racional dos recursos naturais, acrescendo ainda que as exigências do domínio ambiental devem ser integradas na definição das políticas, com o objetivo de promover um desenvolvimento sustentável”

METODOLOGIA



O quadro metodológico que orientou a AEA distinguiu-se pelos seguintes elementos:

- (i) utilização de uma metodologia de avaliação baseada na teoria (ABT);
- (ii) capitalização dos resultados da auscultação regional subjacente à elaboração da Estratégia Regional Alentejo 2030 e à Revisão da RIS 3 Alentejo;
- (iii) organização de novos processos de auscultação já com resultados da AEA (3 painéis, especialistas das temáticas regionais, entidades regionais potencialmente beneficiárias do PR Alentejo, CIM);
- (iv) interação com a equipa que preparou e negociou o PR;
- (v) apresentação pública de resultados correspondentes ao Relatório Final Preliminar, praticamente idêntico ao Relatório Final.

DIMENSÃO FINANCEIRA GLOBAL



TOTAL	1.104M€
FEDER	875M€
FSE+	130M€
FTJ	99M€



*33M€ FEDER + 106M€ FSE+

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

De âmbito geral

01



As orientações comunitárias e nacionais para a programação 2030 aportaram uma arquitetura de programação considerada em algumas dimensões demasiado rígida para responder a alguns dos aspetos mais estruturantes do diagnóstico de necessidades e desafios. Essa rigidez foi mais saliente no caso dos OP1 e OP4. No caso do OP1, essa rigidez fez-se acompanhar de redução da dotação de recursos FEDER face ao último período de programação, mesmo considerando o contributo essencial e complementar do PRR.



No caso do OP1, os RSO 1.2 e 1.5 trouxeram a novidade dos investimentos em infraestrutura digital, o primeiro para a modernização de serviços públicos e o segundo para colmatar falhas de mercado nas telecomunicações em territórios de baixa densidade. Para que esta infraestruturação complete bem a ambição do OP1 será necessário que os serviços a proporcionar com essa infraestrutura digital correspondam efetivamente a uma melhoria das condições de vida e de investimento na Região.



A alocação de 1M€ à dinamização das oportunidades transformativas da RIS 3 Alentejo deve ser salientada como a mais importante ação do PR em matéria de promoção de novas condições de governação na Região.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES



O OP2 e o OP4 são na programação o mais legível e o mais atomizado entre os cinco OP mais o Fundo de Transição Justa. O OP2 porque configura praticamente todos os instrumentos de intervenção para a transição energética, climática e valorização da biodiversidade. O OP4 porque é um OP multifundo, tradicionalmente difícil de integrar e enfrentando ainda uma redução da dotação FSE+.



Possibilidade de, em sede de operacionalização/implementação do PR Alentejo, a AG poder manejar o estabelecimento de um *mix* de instrumentos de política, capaz de gerar uma resposta mais eficaz às necessidades e desafios evidenciados pela Estratégia Regional Alentejo 2030.

De coerência da programação com o diagnóstico de necessidades e desafios regionais

02

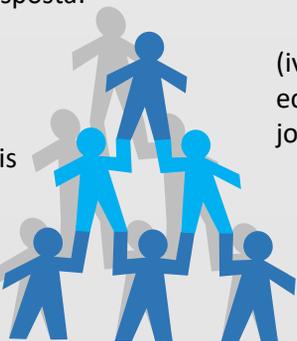
A **abordagem à mudança demográfica** representa na perspetiva da AEA o maior desafio que se coloca à AG do PR Alentejo 2030 para mitigar a rigidez da arquitetura da programação.

A AEA identificou um conjunto de dimensões transversais que suscitam um *mix* integrado de instrumentos a que a operacionalização do PR Alentejo deve dar resposta:

(i) criação de emprego qualificado e, por essa via, atração de novos residentes à Região,

(ii) criação de condições de residência, culturais e acolhimento desses novos residentes,

(iii) estratégias locais de habitação com componentes de acolhimento e integração de migrantes internacionais,



(iv) dinâmicas de investimento de valorização económica de recursos locais para fixação de jovens que se qualificam na Região,

(v) estratégias de atração à Região de novos investigadores e

(vi) políticas mais ambiciosas de conciliação da vida profissional e familiar para casais jovens.



Necessidade de **incorporação no tecido empresarial regional de mais intensidade de inovação**, a redução de dotação de recursos FEDER observada no RSO 1.1 do OP1 relativamente ao período de programação anterior exige maior seletividade na aprovação de operações de investimento a apoiar e a necessidade de acompanhar de perto a incidência do PRR na Região. O apoio às infraestruturas não tecnológicas consagradas no RSO 1.3 deve contrariar a atomização de áreas de acolhimento empresarial.

De coerência interna do PR Alentejo

03

No OP1 – (i) criação e transferência de conhecimento versus I&DT e investimento de inovação empresarial; (ii) ações coletivas e suas repercussões em I&DT e investimento empresarial; (iii) investimentos em infraestruturas digitais e investimento empresarial (novos serviços às empresas e novos modelos de negócio);

Pontos sensíveis de coerência interna do Programa:



Articulação entre OP1 e OP4: que necessidades de novas competências vão os investimentos a apoiar pelo RSO 1.3 implicar?

Complementaridade interna multifundo no seio do OP4;

Coerência entre as operações a apoiar no OP5 e os OP dos quais poderão ser mobilizados recursos adicionais.

De coerência externa do Programa

04

No que respeita à **primeira fase temporal de implementação** do PR Alentejo, é sobretudo a complementaridade de efeitos com o PRR que deve ser acompanhada de perto. Na **segunda fase de implementação**, é a complementaridade com os PT ITD, DQI e ACS e com o PEPAC FEADER e Mar (Feampa) que deve ser objeto de monitorização atenta.

Em relação ao PT ITD

Três questões de sinergia devem ser salientadas: conhecimento do tipo de empresas regionais que serão apoiadas; apoios de empreendedorismo qualificado e criativo; implicações dos investimentos apoiados em termos de novas competências.

Quanto ao PEPAC FEADER

A questão fundamental é a de saber se o PT terá efeitos na reconversão de sistemas de produção agrícola exigida pela transição climática

Relação com o PT ACS

Estará essencialmente em questão a coerência da agenda climática e energética

Quanto ao PT DQI

Face à redução de recursos FSE + na programação do Alentejo 2030, será fundamental avaliar se a incidência do PT na Região poderá ou não mitigar a menor dotação de recursos, na formação inicial de jovens e na de adultos

No caso do PT Mar

Haverá domínios da RIS 3 Alentejo e o litoral alentejano com necessidade de sinergias com o PR Alentejo.

05



Em matéria de **flexibilidade de programação**, dada a quebra na dotação de recursos FEDER e FSE + e a rigidez da própria programação, a AEA concluiu que o PR Alentejo não está bem apetrechado para enfrentar alterações de contexto, sob pena de comprometer o seu alcance estratégico.

(i) maximizar externalidades positivas das ações coletivas do OP1 em termos de transferência de conhecimento e de internacionalização e competitividade;



(iv) operacionalizar toda a abordagem da inovação social com medidas que valorizem a aprendizagem alcançada pela EMPIS/IPIS;

(ii) maior ambição em termos de mobilização de instrumentos financeiros;

(v) montagem de sistemas de incentivos ajustados aos territórios dos ITI CIM.

(iii) desenvolver medidas de promoção de processos estruturantes de formação contínua de adaptação nas empresas, de modo a transformá-las em veículos mais potentes de formação de novas competências, com relevo para a sua associação à transformação digital;

De abordagem integrada do desenvolvimento territorial

06



O OP5 concentra estas abordagens, sobretudo ao nível do RSO 5.1 com as ITI CIM e, mais experimentalmente, as ITI Redes Urbanas, que sugerem a revisita do instrumento de outros períodos de programação das RUCI (redes Urbanas para a Competitividade e Internacionalização). O OP5 retoma figuras como os PROVERE, os ITI temáticos e abre também caminho às Parcerias para a Coesão não Urbanas, estas últimas convidando a uma nova expectativa de instrumentos de política em territórios não urbanos.

A decisão operada, em negociação com a CE, de fixar três eixos de intervenção para os ITI CIM suscita o desafio de saber se essa predeterminação facilitará ou prejudicará a abordagem territorial integrada, recordando ainda que cabe em grande medida a esses ITI responder à questão da mudança demográfica.

De modelos de participação de stakeholders

07



A programação do PR Alentejo não integra na sua estrutura a possibilidade de estender no tempo a participação ativa que a elaboração da Estratégia Regional 2030 suscitou. Existe, por isso, margem de manobra para que a implementação do PR Alentejo possa suscitar novos momentos de **participação de stakeholders**, designadamente destinados a dinamizar a formação de procura.

De dimensão e estrutura financeira

08



Perda de dotação de recursos, quer no FEDER, quer no FSE+, face ao período de programação anterior, não compreensível em função das carências regionais

O PR Alentejo consagra o **recurso a IF como uma solução praticamente residual**, limitada ao prolongamento do sistema misto de IF e subvenções não reembolsáveis no RSO 1.3 e à mobilização de IF tipo Jessica ou IFRRU na reabilitação urbana das ações do RSO 5.1

O OP3 não pode ser entendido como um ganho de recursos da programação regional, já que se trata de uma dotação que poderia perfeitamente pertencer ao Fundo de Coesão.

O OP2 e o OP5 são os OP cuja **dotação financeira está mais em linha** seja com a importância da agenda da transição energética e climática na Região, seja com a importância que se pretende atribuir às abordagens territoriais integradas

De sistema de indicadores

09

A **seleção de indicadores de realização e resultado** foi realizada a partir da lista de **indicadores comuns FEDER e FSE +** e não foi considerada a definição de indicadores de impacto. A seleção de indicadores não cobre plenamente a riqueza dos domínios de intervenção programados.

Utilização do histórico de programação do Alentejo 2014-2020 para definição de metas, solução que apesar de permitir segurança na estimação da procura, pode prolongar situações de inércia de procura de apoios.

10

A AEA considera que **a construção de indicadores de impacto é necessária**, identificando as seguintes fontes para os construir:

Sistema estatístico nacional

Informação fornecida pelos PT ITD, DQI e ACD, PE PAC (Feader) e MAR

Informação a partir do SI do PR

Autoridades nacionais de coordenação do PT 2030



A AEA propôs a **realização de três avaliações de Impactos**:

- (i) contributo do PR para o aumento dos níveis de intensidade em conhecimento-inovação da especialização produtiva regional;
- (ii) impacto do PR na desejada mudança demográfica da Região (em função da importância atribuída a este desígnio regional);
- (iii) impacto da programação na adaptação dos sistemas produtivos regionais à transição climática.

De articulação da AEA com a AAE

11

Salientam-se as seguintes **implicações para a AEA do enunciado de QEAS realizado pela AAE**: (i) foco no efeito direto dos RSO do OP2; (ii) atenção ao efeito indireto das realizações e resultados do OP1 e do OP5 para as condições da sustentabilidade ambiental; (iii) a relevância do OP4 para a sustentabilidade social; (iv) uma particular atenção à convergência de efeitos entre diferentes instrumentos de política acolhidos em diferentes RSO e ESO e nos Programas Temáticos.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Em sede de operacionalização/implementação do PR, avisos e critérios de seleção específicos devem ser formulados para assegurar uma resposta ao desígnio da mudança demográfica;

- i. políticas e projetos de investimento empresarial e de criação de emprego qualificado e, por essa via, atração de novos residentes à Região;
- ii. criação de condições de residência, culturais e acolhimento desses novos residentes;
- iii. estratégias locais de habitação com componentes de acolhimento e integração de migrantes internacionais;
- iv. dinâmicas de investimento de valorização económica de recursos locais para fixação de jovens que se qualificam na Região;
- v. estratégias de atração à Região de novos investigadores tirando partido do valor internacionalmente reconhecido de núcleos e grupos de investigação existentes na Região;
- vi. políticas mais ambiciosas de conciliação da vida profissional e familiar para casais jovens;
- vii. exercício de fiscalidade local e em articulação com autoridades nacionais possíveis extensões em termos de fiscalidade nacional;
- viii. programas culturais de grande envergadura e visibilidade aspirando à fixação na Região de trabalhadores culturais e criativos, criando pequenas aglomerações de recursos humanos suscetíveis por si só de estimular a atração de outros artistas, criativos e outros trabalhadores culturais.

R3

Assegurar que os apoios à digitalização da administração pública local possam gerar redução dos custos de contexto empresarial e à cobertura de banda larga de elevada a geração de uma nova família de serviços às empresas.

R5

Dinamização e governação da RIS 3 Alentejo focada no desenvolvimento das atividades transformativas identificadas pela Região.

R8

Capitalizar a interação com a experiência da EMPIS para promover a abordagem da inovação social consagrada no OP4 (FSE+).

R9

Consagrar o financiamento residual do turismo e do património e serviços culturais do OP4 (RSO 4.6) integralmente aos processos de contratualização de modo a combater a atomização de apoios.

R15

Criar as condições de contratualização adequadas para que os planos de ação ITI CIM possam adaptar-se consistentemente aos três eixos da sua programação.

R20

Capitalizar a avaliação de experiência das RUCI para valorizar as ITI Redes Urbanas.

R21

Clarificar as condições de articulação e coordenação institucional da ação das Parcerias para a Coesão não Urbanas e dos ITI CIM.

R27

Assegurar a dotação de recursos técnicos e humanos para viabilizar uma estrutura de monitorização estratégica do PR Alentejo em estreita colaboração e cooperação de recursos com a monitorização de implementação.

R28

Assegurar a dotação de recursos técnicos e humanos para viabilizar uma estrutura de monitorização estratégica do PR Alentejo em estreita colaboração e cooperação de recursos com a monitorização de implementação.